

O ENLACE ENTRE A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E A

EaD: 2006 A 2016

Nataniel da V. C. G. Araújo
Universidade Federal do Tocantins (UFT)
nataniel@uft.edu.br

Anderson Fabrício Andrade Brasil
Universidade Federal do Tocantins (UFT)
sonsbrasil@mail.uft.edu.br

Antonivaldo de Jesus
Universidade Federal do Tocantins (UFT)
anjesus@uft.edu.br

Cícero da Silva
cicolinas@uft.edu.br
Universidade Federal do Tocantins (UFT)

RESUMO: Este trabalho aborda a expansão da Educação Superior no Brasil utilizando a Educação a Distância (EaD). Objetiva-se inicialmente analisar alguns dos enlaces entre expansão e qualidade da Educação Superior pela modalidade de Educação a Distância (EaD). Analisa-se na primeira parte do trabalho o destaque dado à Educação Superior pelo viés da Teoria do Capital Humano (TCH) de Shultz (1961), o que tem fundamentado o incentivo crescente na expansão deste nível de educação. Analisa-se também o viés expansionista atribuído à modalidade EaD dentro de documentos como as duas grandes Conferências Mundiais sobre Educação Superior (CMES) de 1998 e 2009, dentre outras obras. Na segunda parte do trabalho, analisa-se o movimento numérico da expansão da Educação Superior que a realidade brasileira tem feito através de uma série histórica de 2006 a 2016, destacando-se vários aspectos desse enlace entre expansão da Educação Superior e a EaD. Os dados colhidos advém do Censo da Educação Superior no Brasil (2016), apresentados pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), os quais revelam a prioridade que essa política tem recebido no Brasil, assumindo protagonismo como principal política expansionista da Educação Superior. As análises numéricas permitem a realização de comparações que revelam a grande diferença percentual em favor das matrículas na modalidade EaD neste período. Algumas considerações podem ser feitas nas análises da série histórica entre 2006 e 2016 na medida em que os dados atestam que em 2006 a EaD representava apenas 4,24% do total de matrículas nas graduações, passando em 2016 para 18,6%, o que representa um enorme crescimento. Essas análises, dentre outras feitas no decorrer do trabalho, permitem afirmar que existe uma significativa vantagem do crescimento na modalidade EaD em detrimento da modalidade presencial, sem que, contudo, esteja garantida a qualidade da expansão.

Palavras-chave: Educação superior, Expansão, Educação a Distância (EaD).

THE LINK BETWEEN THE EXPANSION OF HIGHER EDUCATION IN BRAZIL AND THE EaD: 2006 TO 2016

ABSTRACT: This paper approaches the expansion of Higher Education in Brazil through the use of Distance Education (EAD). The objective of this study is to analyze some of the links between expansion and quality of Higher Education by Distance Education (EAD). The first part of the paper analyzes the emphasis given to Higher Education by the slant of Human Capital Theory (TCH) of Shultz (1961), which has based the growing incentive to expand this level of education. It is also analyzed the expansionist slant attributed to the EaD modality in documents such as the two major World Conferences on Higher Education (CMES) of 1998 and 2009, among other works. In the second part of the paper we analyze the numerical movement of the expansion of Higher Education that the Brazilian reality has done through a historical series from 2006 to 2016, highlighting several aspects of this link between expansion of Higher Education and EaD. The data collected comes from the Higher Education Census in Brazil (2016), presented by the Institute of Studies and Educational Research Anísio Teixeira (INEP), which reveal the priority that this policy has received in Brazil, assuming protagonism as the main expansionist policy of higher education. Numerical analysis allows comparisons that reveal the large percentage difference in favor of enrollments in the EAD modality in this period. Some considerations can be made in the analysis of the historical series between 2006 and 2016 in so far as the data show that in 2006 the EaD represented only 4.24% of the total enrollments in graduations, going from 2016 to 18.6%, which represents tremendous growth. These analyzes, among others done in the course of the work, allow us to affirm that there is a significant advantage of growth in the EAD modality, to the detriment of the presence modality, without, however, the quality of the expansion being guaranteed.

Keywords: Higher education, Expansion, Distance Education (EaD).

1. Introdução

Na atualidade esta temática ganha relevância cada vez maior por algumas razões, dentre as quais pode-se destacar a importância que o Ensino Superior (ES) vem ocupando bem como as relações existentes entre este nível de educação com as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTIC) materializada no fenômeno que tem sido o entrelaçamento entre a Educação a Distância (EaD) e o ES no cenário brasileiro.

Há que se destacar a existência de vários debates em relação a essa temática, o que reflete os mais diversos e complexos pontos de vista e enriquecem a discussão na medida em que lançam vários olhares sobre esse objeto. Este fato reafirma as múltiplas determinações que o fenômeno encerra em si, as quais devem ser captadas pelo foco acurado da ciência e do conhecimento e lançadas para o debate na medida em que o tema da ES se reveste de importância central e deve sempre vir acompanhado do debate sobre a qualidade nesse nível de educação, quer presencial quer pela EaD.

Destarte, o objetivo deste artigo é analisar a expansão do ES no Brasil pela EaD e tecer algumas considerações sobre a qualidade desta modalidade de ensino. Do ponto de vista metodológico, optou-se por um estudo quali-quantitativo visando captar os elementos de totalidade e contradição existente no fenômeno que tem sido o crescimento considerável da EaD como política expansionista do ES.

Inicialmente utiliza-se de uma fundamentação bibliográfica com destaque para a relação entre a Teoria do Capital Humano (TCH) e a expansão do ES. Constata-se que a influência da TCH (SCULTZ, 1961) em vasta literatura internacional, com destaque para documentos de organizações internacionais como as Declarações das Conferências Mundiais sobre Educação Superior (CMES), realizadas respectivamente nos anos de 1998 e 2009 em Paris, as quais foram organizadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO: 1998, 2009). Em acordo com a TCH, o desenvolvimento econômico dos indivíduos e das nações mantém relação de proporcionalidade com o grau de educação existente. Esse pensamento catalisa a procura e impulsiona a expansão do ES pelo mundo.

A segunda parte da pesquisa faz uma análise qualitativa abordando o crescimento da modalidade EaD no ES tendo como fonte os dados oficiais brasileiros constantes no Censo da Educação Superior 2006 e 2016 (BRASIL, 2016) elaborados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Alguns resultados iniciais apontam para a existência de uma grande demanda por educação superior advinda quer seja de um deficit histórico acumulado no Brasil ou pela enorme densidade populacional necessitada de educação superior embalada pela crença nos fundamentos da TCH, dentre outros fatores internos e externos. No entanto, o atendimento dessa grande demanda em um país de tamanho continental implicou na utilização da EaD como principal estratégia expansionista sem que essa modalidade estivesse devidamente regulamentada, inclusive para garantir os padrões de qualidade necessários. Desta forma, foi privilegiada a quantidade da oferta do ES pela modalidade EaD e no setor privado em detrimento da qualidade esperada, como atesta Brasil (2016), Araújo (2016), Castro e Castro e Segenreich (2012).

2. A Teoria do Capital Humano e o processo de expansão do ensino superior.

Dentre as significativas mudanças ocorridas ultimamente, destaca-se a importância que ganhou as modificações relacionadas ao mundo do trabalho. Destarte, é correto realçar as relações existentes entre educação e trabalho, incluindo-se aqui o lugar que ocupa a Teoria do Capital Humano (TCH) proposta por Schultz (1961), a qual se constitui em sua essência em uma teoria econômica, tendo exercido profunda influência, a princípio, no período desenvolvimentista, ao asseverar que a educação se constitui em bem econômico a ser consumido e com desdobramentos nos futuros salários e no grau de desenvolvimento das nações. De acordo com Schultz (1961, p. 8),

[...] any capability produced by human investment becomes a part of the human agent and hence cannot be sold; it is nevertheless "in touch with the market place" by affecting the wages and salaries the human agent can earn. The resulting increase in earnings is the yield on the investment.¹

Dessa forma, existiria uma relação unívoca entre conhecimento e o nível de desenvolvimento das pessoas, das famílias e dos países. Seguindo-se essa lógica, é correto afirmar que o processo de acumulação capitalista tem conduzido a uma necessidade de

¹ “[...] qualquer capacidade produzida pelo investimento humano se torna uma parte do agente humano e, portanto, não pode ser vendida. Mesmo assim, está "em contato com o mercado", afetando o aumento dos salários e vencimentos que o agente humano pode ganhar. Esse aumento resultante nos salários é o rendimento sobre o investimento” (Grifo do autor. Tradução livre).

reordenamento, inclusive com a adoção de novas formas de organização do trabalho, e com a inclusão de novas tecnologias microeletrônicas. Assim, a participação, a cooperação, a disciplina e a responsabilidade são características a serem inculcadas e incorporadas cotidianamente no novo tipo de profissional requerido na perspectiva da reestruturação capitalista. Em consequência, ocorre a necessidade de que a formação seja desenvolvida continuamente em todos os setores da economia, sendo que isso vem consolidando no mundo e no Brasil, surgindo a necessidade de expansão da educação superior.

Acentua também a necessidade de uma educação não restrita à escola e à educação formal, na perspectiva de um sistema educacional que atenda às demandas do mercado e que também ele mesmo se torne mercadoria e mercado.

Segundo Cabrito (2002), a criação da Teoria do Capital Humano se desenvolve em período de intensa escassez de trabalhadores qualificados no contexto após a Segunda Guerra Mundial. Um dos desdobramentos dessa escassez é a pressão feita na perspectiva de expansão dos sistemas educacionais como forma de suprimento dessa grande demanda. Assim, de acordo com Cabrito (2002, p. 21), “Do mesmo modo, esse *déficit* repercutiu nos efeitos estruturantes da relação economia-educação, verificando-se que os novos quadros que a escola “produzia” eram rapidamente absorvidos pelo mercado de trabalho [...].”

Segundo Cabrito (2002, p. 22), a rápida absorção de trabalhadores qualificados pelo mercado naquele contexto teve sua culminância na sedimentação da

[...] relação economia-educação atingindo um sucesso considerável nos anos 60/70, com o desenvolvimento da “teoria do capital humano.” Para os teóricos do “capital humano”, o aumento da produção e da produtividade é inseparável do aumento do nível de qualificações, desempenhando a escola, nesse processo, um papel fundamental.

Em seu nascedouro, a Teoria do Capital Humano tentava demonstrar a relação existente entre o grau de escolaridade dos indivíduos e o grau de desenvolvimento alcançado pelos países em razão de que o investimento nas habilidades humanas tem implicação no grau de competitividade e no desenvolvimento econômico de uma nação. Nessa perspectiva, podia valer mais investir em capital humano do que em outras formas de capital. Sobre isso Schultz (1961, p. 7) afirma que “Consequently, human capabilities do not stay abreast of physical capital, and they do become limiting factors in economic growth”². Schultz (1961, p. 5) também afirma que

² “Consequentemente, as capacidades humanas não ficam lado a lado com o capital físico, e eles tornam-se fatores limitantes do crescimento econômico” (Tradução livre).

[...] yet human capital has surely been increasing at a rate substantially greater than reproducible (nonhuman) capital. [...] the decline in the estimated capital-income ratio is simply a signal that human capital has been increasing relatively not only to conventional capital but also to income³.

Em outra obra, Schultz (1971, p. 33) afirma que “[...] ao investirem em si mesmas, as pessoas podem ampliar o raio de escolha posto à disposição. Esta é uma das maneiras por que os homens livres podem aumentar o seu bem-estar”

Nesse sentido, ficam estabelecidos os fundamentos para que a educação seja vista como agregadora de valor aos salários, na medida em que a escolarização estaria vinculada à aquisição de determinadas competências, o que conduziria conseqüentemente ao alcance de melhores rendimentos e posição social. Essa questão está relacionada a indivíduos, mas se estende também ao grau de riqueza dos países. A temática deveria ocupar significativo espaço nas agendas das prioridades dos governantes, no intuito de que sejam implementadas políticas públicas que garantam o aumento da escolaridade de seu povo.

É nessa intenção que os organismos multilaterais se posicionam ao advogarem amplamente a Teoria do Capital Humano, na perspectiva de que a mesma defende que o investimento em educação tem a capacidade de provocar mudança social profunda. Assim, como desdobramento da Teoria do Capital Humano, os organismos internacionais passaram a prescrever no receituário neoliberal o conhecimento e a competitividade como alternativas para o desenvolvimento. Nesse sentido, Gentili e Silva (1996, p. 12) afirmam que uma das principais atribuições da educação neoliberal é “[...] atrelar a educação institucionalizada aos objetivos estreitos de preparação para o local de trabalho.” Dessa maneira, busca por formação com pressão cada vez mais frequente sobre o indivíduo, o qual deveria custear sua formação acadêmica, desobrigando o Estado dessa função.

Tendo como um dos seus fundamentos a TCH, os organismos multilaterais como Banco Mundial, CEPAL e UNESCO elaboraram vasta documentação indicando a utilização da EaD para efetuar a expansão de educação superior. Essas indicações também se relacionam com o interesse que os grandes investidores têm em razão de que a educação superior passou a figurar como serviço (mercadoria) na lista de outra agência internacional, como a Organização Mundial do Comércio – OMC. Assim, ressalta-se a realização de duas Conferências Mundiais sobre Educação Superior (CMES) realizadas pela UNESCO, respectivamente em 1998 e 2009.

³ “[...] entretanto, o capital humano certamente tem aumentado a uma taxa substancialmente maior do que o capital reprodutível (não-humanos). [...] o declínio da proporção do capital estimado é simplesmente um sinal de que o capital humano tem aumentado em relação ao capital convencional e em relação à renda. (Tradução livre).

Sobre a Declaração da primeira CMES (UNESCO, 1998), em sua parte inicial, intitulada de *Compendio de La Declaración Mundial sobre La Educación Superior*, em seu tópico nº 2, tem-se a seguinte afirmação: “[...] La educación superior está desempeñando funciones sin precedentes en la sociedade actual como componente esencial del desarrollo cultural, social, económico y político, [...]”⁴. Assim, é correto afirmar que a primeira Conferência traz orientações, com destaque aqui para o uso das tecnologias na perspectiva da EaD, a expansão e a internacionalização da educação superior, dentre outros. Destaca-se também, a ocorrência da palavra “tecnologia” por cerca de 140 vezes no Documento resultante desta primeira CMES.

Em relação à segunda CMES, realizada entre os dias 05 a 08 de julho de 2009, em Paris, a mesma reafirma a primeira CMES a respeito da utilização da EaD como alternativa expansionista. Neste sentido, o

Documento afirma que “El aprendizaje abierta y a distancia y el uso de las TIC ofrecen oportunidades de ampliar el acceso a la educación [...]” (UNESCO, 2009, p. 3). Falando a respeito das orientações dos organismos internacionais, Cabral Neto e Castro (2011) afirmam que o Banco Mundial orienta a adoção de

Práticas mais eficientes para o capital físico e humano, e a inclusão urgente das novas tecnologias [...] apesar de que o Banco admite que [...] o setor privado (com fins lucrativos) teria problemas para instituir programas de qualidade, principalmente ao se tratar de uma educação de curto prazo, vinculada, preferencialmente, às necessidades do mercado (p. 20, 21).

Destarte, constata-se a importância que tem sido direcionada a EaD pelas agências internacionais em razão de que essa modalidade de educação tem o potencial de possibilitar um maior acesso à educação superior. Percebe-se também que na lógica desses organismos internacionais, a EaD reduziria o custo desse nível de ensino, tornando possível a oferta pelo setor privado e, conseqüentemente desobrigava mais o Estado de um investimento maior.

3. O crescimento da EaD no ensino superior no Brasil de 2006 a 2016

Há que se destacar que, em relação a alguns outros países, a junção entre ES e EaD ocorrem tardiamente no Brasil, sendo possível somente com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9.394/96 (BRASIL, 1996). A referida lei em seu Art. 80 afirma que “O poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação

⁴“A educação superior está desempenhando funções sem precedentes na sociedade atual como um componente essencial do desenvolvimento cultural, social, econômico e político, [...]” (Tradução livre).

continuada”.

Destaca-se também a demasiada demora na regulamentação da EaD no ES no Brasil, inclusive com a inexistência de padrões de qualidade e de um conjunto regulamentador capaz de balizar e garantir a qualidade tão necessária (CASTRO e SEGENREICH, 2012).

Desta forma, é correto afirmar que a ausência de regulamentação própria que assegurasse os padrões de qualidade favoreceu uma rápida expansão, mas trouxe consigo sérios problemas relacionados à qualidade dos cursos oferecidos, como atestam Castro e Segenreich (2012) e Araújo (2016).

Considerando-se que a abertura legal para utilização da EaD no ES brasileiro só foi possível com a aprovação da LDBEN 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL; 1996). Considerando-se também que a regulamentação dessa modalidade só foi efetivada após 9 (nove) anos pelo Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005), o qual Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Esse decreto era bastante esperado e pode ser considerado um marco da regulamentação da EaD.

Sobre esse Decreto, Castro e Segenreich (2012, p. 108-109) afirmam que o mesmo foi aprovado depois de três anos e meio de tramitação e que traz em si quatro temas principais, quais sejam: a manutenção “[...] do credenciamento específico para a modalidade de EaD; a ampliação do leque de cursos e de instituições credenciáveis; a definição da territorialidade geográfica e institucional dos cursos; e a manutenção dos momentos presenciais.”

Destaca-se o último tema do decreto supracitado, o qual trata da manutenção de momentos presenciais. A esse respeito, Castro e Segenreich (2012, p. 110) afirmam que “[...] a nítida opção dessa regulamentação por um modelo de educação a distância semipresencial, por exemplo, passou a exigir um aumento do número de polos de apoio presencial, com sérias dúvidas sobre sua qualidade.”

Já se passavam quase dez anos desde a entrada em vigor da LDBEN nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), a qual dava abertura para a utilização desta modalidade na educação superior. Nesse sentido, o processo de expansão via EaD já estava bastante avançado e crescia espantosamente, em especial na iniciativa privada. Em acordo com o INEP (2014, p. 102), já havia em 2005 um total de 114.642 matriculados (2,5% do total dos alunos da educação superior), dentre os quais 60.127 (52%) pertenciam ao setor privado, sendo que esses números se multiplicavam a cada ano.

Sobre a criação do Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância, destaca-se que só foram criados em 2007, após quase 10 (dez) anos da criação da utilização da EaD no ensino superior (BRASIL, 2007). Os Referenciais de Qualidade reafirmam o processo regulatório e estabelece orientações que objetivam garantir qualidade nos cursos superiores ministrados através da EaD, incluindo-se a manutenção de momentos presenciais e a utilização de tecnologias com alto poder de interatividade, a existência de laboratórios, bibliotecas e computadores conectados à internet nos polos de apoio presencial a serem usados pelos estudantes, dentre outros.

É correto afirmar que ao longo deste processo regulatório, fica constatada a dificuldade para, de fato, promover a implementação da viabilidade do funcionamento dos cursos de graduação ofertados na modalidade EaD. Admite-se também que, apesar dos esforços, a modalidade EaD ainda acontece com muitas limitações, fazendo com que o MEC se preocupe cada vez mais com a qualidade dos cursos, os quais se proliferam por todo o país, apresentando crescimento percentual maior do que a modalidade presencial.

Para analisar o crescimento da EaD no processo de expansão do ES no Brasil, com destaque para os anos de 2006 a 2016, utiliza-se série histórica que nos possibilitará uma reflexão quali-quantitativa considerando-se os elementos de totalidade e contradição e as múltiplas determinações que estabelecem o fenômeno.

Entende-se que é correto afirmar que a EaD se constituiu como fenômeno principalmente em razão dos aspectos quantitativos e muito menos pelos aspectos qualitativos dessa modalidade educativa.

Em acordo com o Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (2016), foi possível constatar o crescimento do acesso ao ensino superior utilizando a modalidade EaD no Brasil. Segundo o Gráfico I, pode-se observar que em 2006, de um total de 4.883.852 estudantes, havia 4.676.646 (95,8%) matriculados na modalidade presencial. Desse total geral de matriculados, havia somente 207.206 (4,2%) discentes na modalidade a distância.

A mesma análise feita dez anos depois nos mostra que em 2016 havia um total geral de 8.048.701 estudantes, dos quais 6.554.283 (81,4%) estavam na modalidade presencial e 1.494.418 (18,6%) estavam matriculados na modalidade EaD.

GRÁFICO I – Número de matrículas em cursos de graduação, por modalidade de ensino – Brasil – 2006-2016

O número de matrículas na modalidade a distância continua crescendo, atingindo quase 1,5 milhão em 2016, o que já representa uma participação de 18,6% do total de matrículas da educação superior.

- O número de matrículas em cursos de graduação presencial diminuiu 1,2% entre 2015 e 2016;
- Na modalidade a distância, o aumento foi de 7,2%;
- A participação da educação a distância em 2006 era de 4,2% do total de matrículas em cursos de graduação e aumentou sua participação em 2016 para 18,6%.

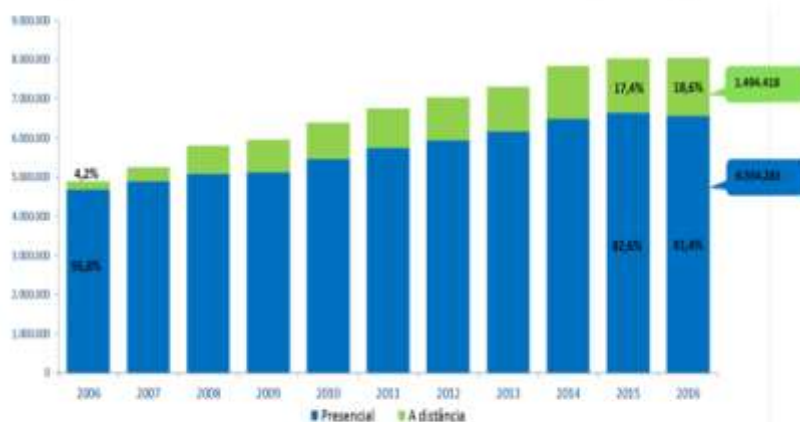


Gráfico 8 - Número de matrículas em cursos de graduação, por modalidade de ensino - Brasil - 2006-2016

Fonte: BRASIL (2016).

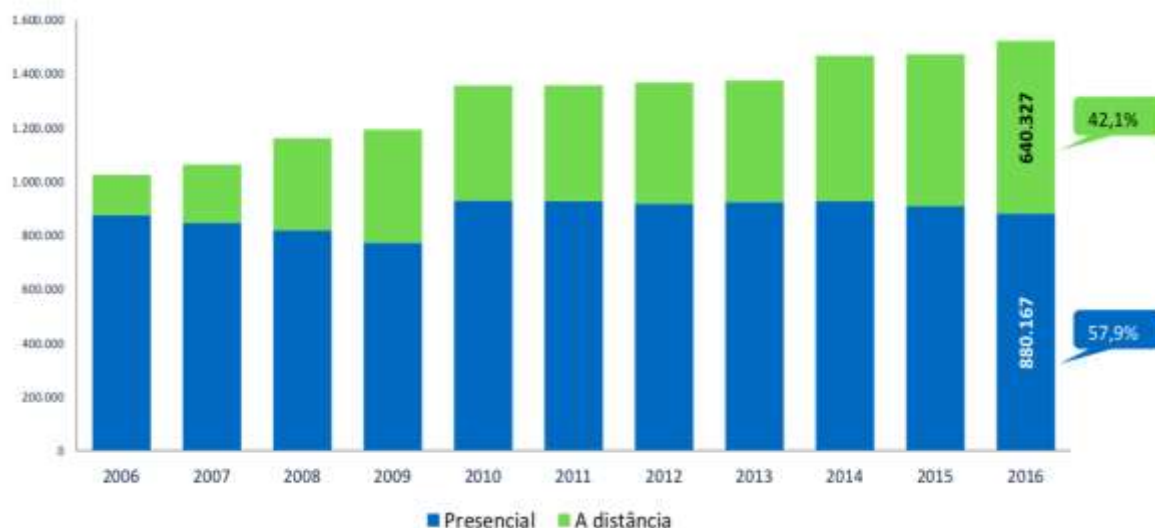
Analisando-se essa série histórica e fazendo-se um comparativo do crescimento de cada modalidade nestes 10 (dez) anos, chega-se à conclusão de que de 2006 a 2016 a modalidade presencial cresceu 40,15%, enquanto a modalidade EaD cresceu 621,22% nesse mesmo período.

Esse fato por si, aponta para um crescimento estratosférico da modalidade EaD em detrimento da modalidade presencial. Inclusive, destaca-se que de 2015 para 2016, a modalidade presencial diminuiu em 1,2% seu número de matriculados, enquanto a modalidade EaD cresceu 7,2% suas matrículas.

Há que destacar ainda que o crescimento das matrículas na EaD tem relação direta com duas questões, quais sejam as licenciaturas (formação de professor(a)) e o setor privado.

Os cursos de formação docente têm alavancado o número de matriculados na EaD. Considere-se que 2006, de um total de 1.023.582 matrículas nas licenciaturas, havia 873.774 (85,4%) na modalidade presencial e somente 149.808 (14,6%) na modalidade EaD. Já em 2016, observa-se que a modalidade presencial decresceu para 57,9%, enquanto a modalidade EaD foi para 42,1%.

Gráfico II – Número de matrículas em cursos de formação de professor por modalidade de ensino – Brasil – 2006-2016.



Fonte: BRASIL (2016).

Quando comparado o percentual de crescimento dos cursos de formação docente das duas modalidades, chega-se à conclusão de que nesse período de 10 (dez) anos, a modalidade presencial decresceu seu número de matriculados, partindo 85,4% em 2006 para 42,1% em 2016. Nesta modalidade em 2006 havia 873.774 matriculados, passado em 2016 para 640.327, apresentando decréscimo na ordem de -26%.

Já o grau acadêmico das licenciaturas (formação docente) na modalidade EaD possuía em 2006 apenas 149.808 (14,6%) e passou em 2016 para 880.167 (57,9%), apresentando crescimento de 487,4%.

O outro fator que tem alavancado a expansão da modalidade EaD tem sido o enorme avanço do setor privado em detrimento do setor público. A EaD pública em 2006 possuía 42.061 estudantes, passando em 2016 para 122.601. Esse salto representa crescimento de 191,5%. Por sua vez, a EaD privada em 2006 possuía 165.145 estudantes, passando em 2016 para 1.371.817 – o que significa um crescimento de 730,7%.

Com base nesses dados, é correto afirmar que o crescimento da EaD no Brasil no período de 2006 a 2016 se fundamenta basicamente no aumento das matrículas no setor privado e nos cursos de formação docente.

4. Considerações finais

Diante da valorização cada vez mais crescente da educação superior no Brasil, este artigo objetivou traçar relações de totalidade e contradição tendo como foco a utilização da EaD nesse processo expansionista.

Partindo da ênfase dada para a educação superior pelo viés da TCH, observa-se

um processo cada vez mais crescente de busca por formação superior na perspectiva da melhoria econômica tanto dos indivíduos quanto das nações.

Esse foco tem sido evidenciado fortemente pelos organismos internacionais, com destaque aqui para a UNESCO e a realização de duas CMES, as quais destacam primeiramente a importância da educação superior e a necessidade de expansão da mesma, utilizando-se para isso a modalidade de educação a distância.

Analisando-se o processo de expansão da educação superior no Brasil, há que se entender que a modalidade EaD se apresenta realmente como fenômeno do ponto de vista numérico muito mais do que do ponto de vista de outras análises, como a qualidade das ofertas.

Diante de tudo isso, constata-se que no Brasil, no período de 2006 a 2016, o crescimento percentual da modalidade EaD superou em muito o crescimento da modalidade presencial. Nesse período, a modalidade presencial cresceu 40,15%, enquanto a modalidade EaD cresceu 621,22%.

Esse crescimento se deve primordialmente a dois fatores: o primeiro é o avanço das matrículas no setor privado e o crescimento das matrículas nos cursos de formação docente. Em relação à análise da categoria administrativa, constata-se que nesse período a EaD pública cresceu 191,5%, enquanto a EaD privada apresentou crescimento na ordem de 730,7%.

Quando se analisam as matrículas em acordo com o grau acadêmico, verifica-se que a EaD apresenta o maior crescimento nos cursos de formação docente (licenciaturas). Neste sentido, a série histórica de 2006 a 2016, mostra que foi apresentado crescimento de 487,4% para a EaD, enquanto a formação docente presencial apresentou índice negativo na ordem de -26%.

De acordo com as informações disponibilizadas, é correto afirmar que a modalidade EaD se constitui em fenômeno real do ponto de vista do crescimento numérico. No entanto, esse crescimento não é garantia dos padrões de qualidade desejada principalmente quando se constata a grande dificuldade de regulação e fiscalização pelas quais passam a educação superior brasileira. Sobre a regulação, vale lembrar que os Referenciais de Qualidade para a Educação Superior foram criados cerca de 10 (dez) anos após a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, a qual dava abertura para a utilização da EaD no ensino superior.

Referências

ARAÚJO, Nataniel da Vera-Cruz Gonçalves. A expansão da educação superior a distância no Tocantins no âmbito da parceria entre a EADCON e a UNITINS. (Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Centro de Educação Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGeD), Natal, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação superior 2016. **Notas Estatísticas**. Disponível em http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf. Acesso em: 20 de fev. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm. Acesso em: 31 ago. 2018. 2005.

BRASIL. **Referenciais de qualidade para educação superior a distância**. Disponível em: https://www.unitins.br/portal/legislacao/Referenciais_de_Qualidade_Educacao_Superior_Distancia.pdf. Acesso em: 15 set. 2018. 2007.

CABRITO, Belmiro. **Economia da Educação**. Lisboa: Texto Editora, 2002. (Coleção Educação Hoje).

BRASIL. **Lei nº 9.393, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.

CABRAL NETO, Antonio e CASTRO, Alda M.D.A. A supremacia da iniciativa privada na expansão do ensino superior: realidade brasileira e repercussões no RN. In: Cabral Neto, A. Nascimento, Ilma V. e Chaves, Vera J. (Orgs). Política de expansão da educação superior no Brasil: democratização às avessas. – São Paulo: Xamã. 2011

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo; SEGENREICH, Stella Cecília Duarte. A inserção da educação a distância no ensino superior do Brasil: diretrizes e marcos regulatórios. In: **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 42, n. 28, jan/abr. 2012.

GENTILI, Pablo A. A; SILVA, Tomaz Tadeu. **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

SCHULTZ, Theodore W. Investment in Human Capital. **The American Economic Review**. v. 51, n. 1, p. 1-17, mar/1961.

SCHULTZ, Theodore W. **O Capital Humano**: investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

UNESCO. *Conferencia Mundial sobre la Educación Superior: La educación superior en el siglo XXI – visión y acción.* París, 1998.

UNESCO. *Conferencia Mundial sobre la Educación Superior 2009: La nueva dinámica de la educación superior y la investigación para el cambio social y el desarrollo.* París, 2009.